

Brasil dá mais garantia a credor

● *Marcílio já admite ampliar a margem de pagamentos até mesmo quanto aos juros*

Teodomiro Braga

Enviado especial

BANCOC — O governo aceita dar garantias de pagamento “um pouquinho além” dos US\$ 2 bilhões estipulados na proposta original brasileira de renegociação da dívida externa com os bancos privados, revelou o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, ao chegar à Tailândia para participar da reunião anual conjunta do FMI/Banco Mundial. O governo também já aceita dar garantias para o pagamento de juros, o que não constava do plano inicial, que previa o fornecimento de garantias apenas em relação ao principal da dívida. A concessão será feita, condicionou o ministro, desde que os bancos concordem com a diminuição dos US\$ 2 bilhões oferecidos para garantir o principal, para que a diferença ajude a formar a garantia para os juros. “Não estamos fechados a isso”, disse.

O ministro admitiu que o total de garantias para o pagamento de juros e

do principal da dívida pedidos pelos credores em sua contraproposta chega a US\$ 4 bilhões, uma das combinações entre as seis alternativas de reescalonamento da dívida. Apesar de manifestar a disposição de flexibilidade do governo nas negociações com os bancos, Marcílio descartou inteiramente a possibilidade de aceitação do acordo nos termos da contraproposta dos credores. “Não podemos aceitar uma proposta como a deles, que pretende, ao mesmo tempo, um grande aumento em garantias, uma grande diminuição de prazos e um grande aumento de juros”, afirmou ele, justificando: “O valor da proposta deles é muito acima da nossa.”

Expectativa — A expectativa do ministro é de que as negociações com os bancos sejam concluídas até o final de dezembro, na mesma época prevista para a assinatura do acordo com o Fundo Monetário Internacional. Segundo a nova estratégia do governo, que antes pretendia fechar o acordo com o FMI em outubro, o negociador chefe da dívida externa, Pedro Malan, volta a se

reunir com os bancos credores no final deste mês ou início de outubro, enquanto, paralelamente, uma missão do Ministério da Economia realiza as negociações finais com o Fundo para a definição da carta de intenções que será firmada com a instituição. No final do ano, prevê Marcílio, as duas negociações convergiriam.

O ministro voltou a afirmar que sem a aprovação da reforma tributária pelo Congresso não será possível fazer o acordo com o FMI. “Afim, nós não queremos deixar as coisas condicionadas; queremos um programa consistente e viável. E, para ser viável, a reforma tem que ser, evidentemente, aprovada.” Ele negou, porém, que isso seja uma condição do FMI para fechar o acordo. Marcílio também defendeu a continuação do aperto da política monetária, “até que tenhamos trajetória para uma inflação mais atenuada”. Isso só vai ocorrer, acrescentou, quando a sociedade se convencer de que não haverá choques, que o comportamento dos preços

preventivos não é uma política inteligente.

“A determinação do governo é fazer um esforço maior em 1992 para que em 1993 já possamos marchar para o relançamento de uma economia em bases bem mais sólidas. O país está cansado do tipo de soluções que alguns chamam de soluções mágicas, fantasiosas, e quer realmente um encaminhamento dos problemas de uma maneira muito mais séria.”

□ Quando o ministro Marcílio Marques Moreira iniciou sua entrevista sobre a questão da dívida externa brasileira o relógio marcava 18h15 na capital tailandesa, enquanto em Brasília eram 8h15 horas da manhã e muitos de seus assessores no Ministério da Economia ainda não tinham sequer lido o jornal. Esse desencontro no tempo é resultado da diferença no fuso horário que coloca Bancoc, do outro lado do mundo, 10 horas à frente de Brasília.